

Você não é mais o leitor deste texto. A partir deste momento foi promovido a condutor de um bonde que ao descer uma ladeira perde os freios e vem ganhando velocidade a cada metro que avança. Não adianta tentar parar o bonde, pois não conseguirá fazê-lo. Está completamente sem controle e a sua única opção é esperar que ele freie sozinho ao chegar ao final de sua linha. Ocorre que justamente ao término desse caminho existem cinco indivíduos que estão desavisadamente fazendo o seu trabalho sem ter ideia do perigo que os aguarda. Com a velocidade que o bonde vem alcançando você fatalmente matará os cinco trabalhadores antes que consiga parar o veículo, fato sobre o qual a princípio não tem controle nenhum. Note que eu disse *a princípio*, pois a poucos metros dos trabalhadores você percebe que existe um desvio. Uma possibilidade de mudar a rota do bonde com o movimento de uma alavanca, levando-o a um caminho alternativo, salvando a vida dos cinco trabalhadores, porém matando um trabalhador que estava nesta rota fazendo seu serviço. Qual caminho você escolheria? Seguiria a trilha original do bonde matando as cinco pessoas ou desviaria para o caminho secundário matando uma?

Esse famoso dilema ético foi proposto neste modelo por Philipa Foot em 1967. Tem como objetivo avaliar e desafiar a ótica utilitarista da moral e assim vem sendo discutido ao longo dos anos em cursos de ética e filosofia. O que parece mais correto para você, leitor, matar uma única pessoa ou cinco, e por que essa decisão deve ser tomada?

Quando aplico esse dilema em salas de aula ou palestras, raros são os casos em que pessoas escolhem manter o caminho original do bonde. É quase absoluto o número de respondentes que opta por mexer a alavanca e mudar a rota do veículo, matando uma única pessoa em vez das cinco originais. E da mesma forma é integral a motivação para essa escolha: a questão numérica. A lógica utilitarista de salvar um maior número de pessoas, de impactar um menor número de famílias e de trazer menos sofrimento é de longe o argumento mais apresentado em todas as sessões em que aplico esse exercício.

Agora gostaria que você aposentasse o seu boné de condutor de bonde e imaginasse que está aproveitando um belo momento em uma cidade repleta de lindas montanhas. Como turista, está sobre uma ponte que se posiciona acima de uma linha férrea, e você olha para as belas elevações, onde vê os carros de um bonde subindo lentamente. Subitamente o último carro do bonde se solta, e vazio vem descendo a montanha sem ninguém que possa controlá-lo. Você percebe que ele vai ganhando velocidade conforme ganha a descida e, curioso, olha para onde esse caminho vai dar, virando-se para o outro lado da ponte. Nesse momento percebe algo assustador. O bonde em alta velocidade passará por baixo da ponte em que você está e atropelará cinco trabalhadores que estão distantes, no final da linha. A tragédia parece certa, mas de repente você percebe um indivíduo de grande massa corpórea parado ao seu lado observando a mesma cena. Rapidamente você chega a uma conclusão, e nesse momento precisa acreditar no que eu digo sem nenhuma ressalva: você percebe que pode empurrar o cidadão corpulento da ponte e ele certamente cairá no ponto certo do trilho para frear o bonde desgovernado, acabando com a ameaça iminente e salvando a vida de cinco trabalhadores. Antes que você pergunte, já respondo: “Sim, o homem que você empurrou morrerá para salvar a vida dos cinco profissionais da ferrovia”. É a morte de um para salvar a vida de cinco.

Ao trazer essa questão para a sala de aula, treinamentos e palestras, o quadro se inverte. Raras são as pessoas que erguem suas mãos e dizem que optariam por empurrar uma pessoa da ponte, tirando uma vida em vez de cinco. A questão que segue é: Qual é a diferença entre os dois casos? Por que em uma situação ir para uma trilha secundária matando uma pessoa em vez de um grupo maior parece a melhor opção enquanto no segundo caso empurrar a pessoa da ponte tirando uma vida para salvar cinco parece tão errado? A lógica não era a utilidade? A moral não dizia que minimizar o sofrimento era o certo a se fazer? O que acontece, então?

Quando questiono excessivamente as pessoas com as quais converso sobre esse dilema chega um momento em que elas concluem que de forma geral ambos os cenários são similares. O argumento de que o homem empurrado da ponte não queria morrer para salvar a vida de outros equivale ao

do homem que trabalhava solitariamente nos trilhos que também não desejou “salvar a pátria”. A visão de que no primeiro caso o “salvador de vidas” não tinha saída e precisava virar a alavanca por estar diretamente envolvido no cenário, enquanto no segundo ele era um mero expectador, também é refutada, pois não mudar o bonde de caminho também era uma opção, e mesmo não havendo a intenção de matar, essa é uma consequência direta do comportamento emitido. Por fim, existe o argumento de que empurrar alguém da ponte é errado, tem dolo, torna o sujeito responsável pelo homicídio, enquanto no outro caso não há ilicitude, pelo menos não tão grave, uma vez que, como condutor do bonde, foi preciso tomar uma decisão e, assim, virar a alavanca é o certo a se fazer. É aí que vemos um ponto interessante e a riqueza desse conflito, pois na primeira versão do dilema, era salvar cinco pessoas em detrimento de uma que tornava a ação moralmente correta, somente isso, algo que parece não fazer mais tanto sentido agora para os respondentes.

Sob a ótica de muitas das discussões filosóficas que presenciei, ao final deste momento de argumentação vemos um questionamento ao utilitarismo como tratado no senso comum, resultando na conclusão proposta por alguns filósofos, inclusive utilitaristas, de que existem coisas que não podem necessariamente ser colocadas friamente em uma balança, como o valor de uma vida, por exemplo. A lógica do maior bem para o maior número de pessoas pode ser aplicada em determinados contextos, mas nem sempre a decisão, se aplicada cegamente, trará a melhor opção. Vejamos como exemplo o Coliseu de Roma, onde pessoas eram colocadas para morrer de forma cruel a fim de alimentar a política de pão e circo. Era um evento em que a morte de um trazia entretenimento para centenas, talvez milhares, mas isso não faz da ação algo correto.

E é nesse ponto que um viés criminológico da moralidade pode contribuir com a filosofia. Complementando a principal preocupação com as consequências éticas e morais dos atos, a criminologia trabalha esse mesmo dilema do bonde a partir da forma como o indivíduo percebe os dois cenários e como constrói racional e emocionalmente uma lógica que chega, normalmente, aos mesmos comportamentos apresentados na aplicação de leitura filosófica, porém, por diferentes motivos.

Calma, eu explico. Na criminologia avaliamos o cenário a partir das escolhas feitas entre uma maioria que prefere virar a alavanca do bonde e ao mesmo tempo mostra resistência para empurrar a pessoa da ponte. Quais são as causas dessa diferença perceptiva e como se aplicam em diferentes contextos?

A chave está no distanciamento oferecido por uma ferramenta, aqui chamada de alavanca, a qual permite que o ser humano perceba, tanto biológica como psicologicamente, a primeira versão do dilema como menos errada ou agressiva do que a segunda. Ao utilizar um recurso mecânico e, a partir deste, matar uma pessoa temos uma barreira entre o indivíduo e o homicídio, algo que não ocorre ao empurrar alguém diretamente da ponte. Essa proximidade da ilicitude, colocar as mãos no futuro morto, impacta diretamente a autopercepção de honestidade do ser humano e, dessa forma, impede que haja um processo não consciente de racionalização que permite uma justificativa interna de que o ato foi necessário ou, pelo menos, não tão errado em determinada circunstância. A riqueza desse dilema e seus desdobramentos criminológicos e psicológicos é que, por meio desse ponto, podemos perceber uma série de ações do dia a dia que são decididas partindo desse viés. Na minha prática profissional já vi casos em que executivos, por meio de alterações indevidas de números em planilhas, chegaram a resultados fantásticos e, decorrente dessa ação ilícita, garantiram seus bônus muitas vezes milionários. Porém, essas mesmas pessoas mostram repulsa por atos de apropriação indevida direta de dinheiro. Isso significa que ver os números de sua conta bancária aumentar ilicitamente por meio de um teclado, uma tela e uma planilha de Excel é mais fácil do que abrir uma gaveta, cofre ou qualquer outro local, pôr a mão em um dinheiro que não lhe pertence, colocá-lo no bolso e ir embora. Mesmo que essa quantia em papel moeda seja menor do que a recebida de forma burocrática.

O mesmo pode se dizer sobre questões de Estado. Ao longo da história, muitos líderes de nações que, ao darem um sinal verde, permitiram a explosão de uma bomba ou ataques extremamente danosos, matando centenas ou milhares de civis, não seriam capazes de, pessoalmente, apontar

uma arma a um indivíduo desarmado e executá-lo. O botão que libera a bomba ou permite a transmissão de uma autorização para a destruição em massa distancia o indivíduo de sua responsabilidade e, com isso, possibilita que seu comando seja dado sem que ele próprio se sinta o carrasco.

E o que pensar então sobre a nossa sociedade brasileira, muitas vezes tão injustamente descrita como uma das mais corruptas ou antiéticas do mundo? “Injustamente?!”, pode estar dizendo algum leitor mais impulsivo. Se analisarmos pela ótica do dilema do bonde, sim. Logo vemos que não somos tão diferentes assim de outras culturas e países vistos como exemplos de comportamento honesto. Enquanto sujamos nossas mãos com o crime organizado, com a corrupção, entre outros crimes que nos desabonam, nações vistas como éticas lavam o nosso dinheiro e permitem direta e intencionalmente que toda a roda da ilicitude brasileira ocorra. E tudo isso conscientemente. Sem surpresas. A diferença é que nós empurramos o homem pesado da ponte, enquanto eles viram a alavanca. Talvez nesses países um celular moderno perdido em ambiente público seja devolvido, ou as pessoas possam andar tranquilas e sozinhas de madrugada, algo que não podemos fazer em todos os lugares por aqui, mas pensem do ponto de vista do dilema do bonde. Será que esse distanciamento da agressão e da violência por um viés burocrático e de colarinho branco não nos dá uma impressão errada sobre a ética e a moralidade? Isso nos mostra que não somos piores e que eles não são melhores. Essa leitura demonstra que as ações próximas da destrutividade nos fazem sentir mais violentamente os efeitos do impacto do bonde em que estamos, mas não querem dizer exatamente que as ações dos demais, inicialmente menos agressivas, não tenham consequências igualmente danosas.

Sabe, acredito que o certo e o errado no comportamento humano é algo complexo, mas o bacana de refletirmos sobre ética, moral, comportamento é a riqueza que esse conteúdo possui. Sem caixas, sem pré-julgamentos ou verdades absolutas, é necessário refletir e às vezes, por que não, se divertir com o tema buscando diferentes vieses sobre vereditos que nos parecem certezas. Essa, para mim, é uma das grandes contribuições do dilema do bonde, uma forma de desafiar percepções e jogar com dúvidas e fatos constituídos mostrando que agir da forma certa às vezes pode ser menos certo do que se imagina.

Fonte: Revista Inspire-C, edição nº 11 Agosto/Setembro 2019